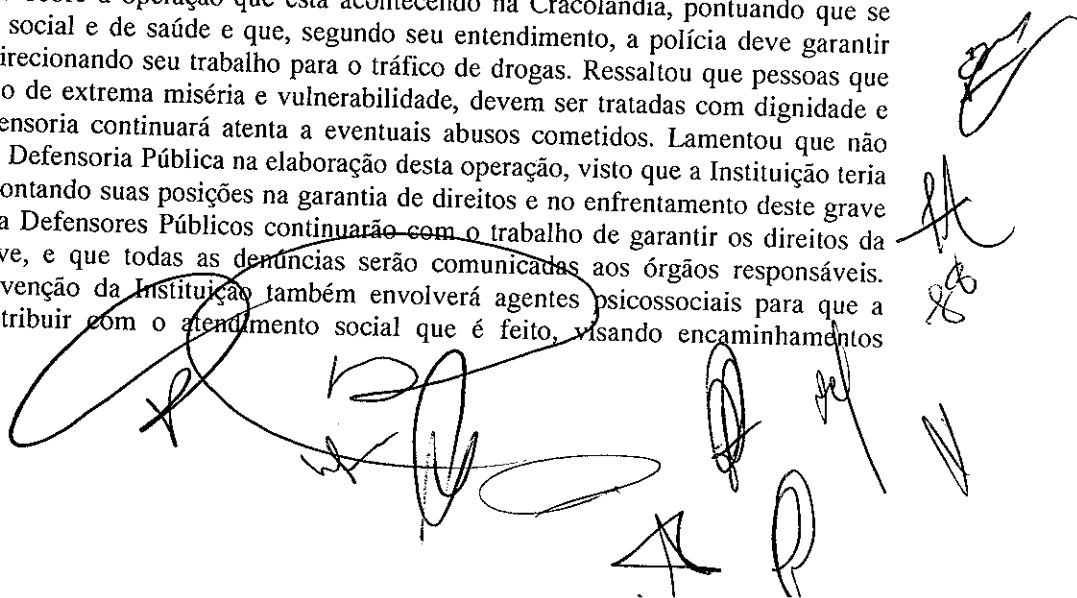


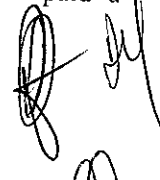
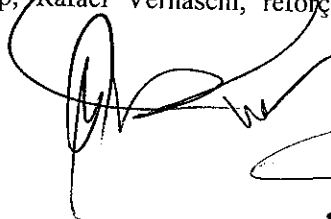
ATA DA 266ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2010/2012

Aos treze dias do mês de janeiro do ano dois mil e doze, na sala de reuniões do Edifício Sede, situado na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Daniela Sollberger Cembranelli. Presentes os (as) Conselheiros (as): Pedro Antonio de Avellar, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Octavio Ginez de Almeida Bueno, Antonio José Maffezoli Leite, Bruno Diaz Napolitano, Márcia Regina Garutti, Denise Nakano Veronezi, Luis César Rossi Francisco, José Moacyr Doretto Nascimento, Juliana Garcia Belloque e, representando a Apadep, Rafael Valle Vernaschi. Ausentes justificadamente as Conselheiras Franciane de Fátima Marques e Fabiana Botelho Zapata. A presidente deu início a sessão e inverteu a ordem dos trabalhos para dar início ao momento aberto e abriu a palavra aos inscritos. O Sr. Raul Ferreira, da Coletivo DAR narrou a “operação sufoco” que esta ocorrendo no Bairro da Luz, vulgo “Cracolândia” e parabenizou a Defensoria Pública do Estado pela atuação, em especial Dr. Carlos Weis e Daniela Skromov. Solicitou que a Defensoria Pública de continuidade e fortaleça o trabalho e disse temer a pressão. Informou que não estão respeitando os Direitos Humanos daquelas pessoas e que não há traficantes sendo presos, como noticiado. Gabriela Gramkow do Conselho Regional de Psicologia informou que o Conselho está preocupado com as propostas de internações compulsórias e colocou-se à disposição da Defensoria Pública. Sra. Fernanda Laurello, do CEDECA, demonstrou sua preocupação com a Operação no que diz respeito às crianças e adolescentes da Região e com as internações compulsórias, razão pela qual solicitou uma presença efetiva do Núcleo Especializado da Infância e Juventude da Defensoria Pública. Sr. Paulo de Tarso Witkoswski, do Fórum Centro Vivo Antimanicomial, demonstrou sua preocupação com os moradores de rua que nem sempre são usuários de droga e destacou que a população de rua é vítima do crack e, portanto, necessitam de tratamento. Destacou também que essas pessoas estão em situação de rua por total falta de política pública. Sr. Aristeu Barteli, do Condepe, registrou que a Defensoria Pública e a Sociedade Civil estão sempre unidas para lutar pelo respeito aos direitos humanos da Defensoria Pública. Informou que buscará apoio ao trabalho que a da Defensoria Pública está realizando nesta situação. Discorreu sobre a violação de preceitos fundamentais desta operação. Sr. Alexandre Ferreira, do Centro Acadêmico XI de Agosto, parabenizou o trabalho da Defensoria Pública ao lutar pelos preceitos fundamentais e direitos humanos e considerou que a questão deve ser solucionada com políticas de saúde pública. Sr. Paulo Cesar Maluezzi, do Instituto Praxes de Direitos Humanos, destacou que mesmo com um pequeno numero de defensores públicos a operação foi desestabilizada e solicitou que a Defensoria Pública de continuidade e reforce a atuação. A Coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher, Thais Nader, relatou o seu trabalho e de seus colegas na Cracolândia e expôs que a primeira medida tomada foi de se aproximar dos usuários de crack esclarecendo a eles sobre possíveis tratamentos de saúde, colocando a Defensoria à disposição para casos de violações de direitos. A Presidente agradeceu a participação da sociedade civil no momento aberto e afirmou que a Instituição segue comprometida com a luta pelos direitos humanos e em favor de pessoas vulneráveis. Discorreu sobre a operação que esta acontecendo na Cracolândia, pontuando que se trata de uma questão social e de saúde e que, segundo seu entendimento, a polícia deve garantir segurança do local, direcionando seu trabalho para o tráfico de drogas. Ressaltou que pessoas que ali vivem, em situação de extrema miséria e vulnerabilidade, devem ser tratadas com dignidade e respeito e que a Defensoria continuará atenta a eventuais abusos cometidos. Lamentou que não houve participação da Defensoria Pública na elaboração desta operação, visto que a Instituição teria muito a contribuir, apontando suas posições na garantia de direitos e no enfrentamento deste grave problema. Disse que a Defensores Públicos continuarão com o trabalho de garantir os direitos da população que ali vive, e que todas as denúncias serão comunicadas aos órgãos responsáveis. Informou que a intervenção da Instituição também envolverá agentes psicossociais para que a Instituição possa contribuir com o atendimento social que é feito, visando encaminhamentos



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature in the center and several smaller ones to the right.


voluntários para rede social e de saúde. Disse manter contato freqüente com o Núcleo de Direitos Humanos, em especial com seus coordenadores, a fim de que juntos definam a política de atuação da Defensoria. A Conselheira Ouvidora, Luciana Zaffalon, felicitou-se pela presença da sociedade civil no momento aberto e pela parceria nesta causa e informou que o núcleo de infância esta atuando juntamente com direitos humanos. Solicitou que o resultado da reunião de hoje seja compartilhado com a Ouvidoria-Geral. O representante da Apadep, Rafael Vernaschi, agradeceu o apoio da sociedade civil também no PL 65/11, parabenizou a Defensora Pública-Geral pela iniciativa e posicionamento, e prestou o apoio da Apadep. O Conselheiro Pedro Avellar felicitou-se com o apoio da sociedade civil e registrou a necessidade de atuação mais efetiva do Núcleo Especializado de Infância e Juventude e oportunamente um fortalecimento dos núcleos. O Conselheiro José Moacyr sentiu-se contemplado com a fala da Defensora Pública-Geral e do Presidente da Apadep quanto à luta da Defensoria Pública independentemente de estrutura. Solicitou que o Condepe leve a Campinas informações sobre violação de direitos humanos na região de Campinas. A Presidente registrou a presença e o apoio do Deputado Adriano Diogo. O Conselheiro Antonio Maffezoli elogiou a atuação do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos e demonstrou seu orgulho pelas notícias da atuação da Defensoria Pública na Operação. Disse que a Instituição deve seguir de cabeça erguida e com muito orgulho se sofrer represálias por este motivo. Solicitou que a reunião de hoje seja divulgada para mostrar que a Instituição tem o apoio da Sociedade Civil e cumpre sua função. Sugeriu uma moção de apoio ou nota pública de apoio à atuação dos Núcleos Especializados por parte do Conselho Superior. Considerou positiva a matéria do Estadão em que o Secretario atribui a Defensoria Pública o retrocesso da operação, visto que foi publicizado e da oportunidade de defesa para a instituição. A Conselheira Juliana Belloque sugeriu a elaboração de um relatório completo do que esta sendo feito na ação para termos documentos para enfrentar o Governo em uma possível retaliação por parte do Executivo. O Representante da Apadep concordou com as propostas do Conselheiro Antonio Maffezoli de publicizar a sessão de hoje e a moção de apoio ao trabalho que esta sendo realizado. A Defensora Pública Thais Helena sugeriu uma Nota Pública explicando o funcionamento dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública e a atuação na operação "Sufoco". A presidente informou que as propostas devem ser debatidas hoje com o Coordenador de Comunicação para responder a matéria publicada no Estado de São Paulo. A Conselheira Juliana considerou o apoio total aos núcleos importantes, mas ponderou até que ponto a moção seria eficiente. O Conselheiro Bruno Napolitano propôs que a moção seja para demonstrar para a sociedade e autoridades que a Defensoria Pública esta atuando dentro de suas atribuições. A Presidente opinou por uma moção explicativa. O Conselheiro Antonio Maffezoli ponderou que a Moção por parte do Colegiado tem o objetivo de apoiar a Defensoria Pública-Geral na decisão a ser tomada quando há indícios de divisão de posicionamento, o que não é o caso, e sugeriu que, diante de tantas dúvidas, seja melhor deixar a discussão e votação da proposta de moção para a próxima sessão. A Ouvidora-Geral, Luciana Zaffalon, sugeriu que foquem na presença maciça da sociedade civil na sessão de hoje. Os Conselheiros, por unanimidade, concordaram em divulgar a presença da sociedade civil para cobrar continuidade e reforço na atuação da Instituição na Operação "Sufoco", bem como para parabenizar a iniciativa e o trabalho realizado, e ainda, informar que a Defensora Pública-Geral e os membros do Conselho Superior da Defensoria Pública apóiam a atuação. Passou-se às comunicações da Presidência. A Presidente informou que se reuniu com o Corregedor-Geral de Justiça, José Roberto Nalini, juntamente com a Corregedora Geral, Marcia Regina Garutti e o Coordenador da Assessoria Jurídica, Vitore Maximiano, para tratar da determinação de alguns Juízes aos Defensores para que sejam os depositários de fianças de pessoas presas atendidas pela instituição e informou que o irá intervir em casos pontuais, pois não há uma diretriz do Tribunal de Justiça para esse assunto. Relatou que, na oportunidade, abordou a questão da certidão eletrônica e do PL 11. Informou que solicitou por ofício ao Tribunal de Justiça a disponibilização de uma lista de presos provisórios, com os respectivos períodos de prisões. Comunicou que a verba de adiantamento será liberada para as regionais a partir de hoje. A Presidente abriu a palavra aos Conselheiros para manifestação em assuntos diversos. O representante da Apadep, Rafael Vernaschi, reforçou o convite para a



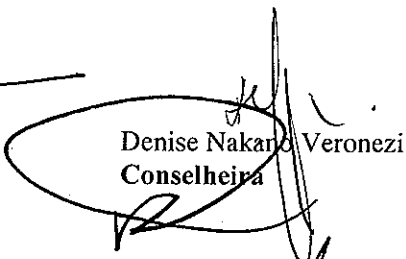
Assembleia Geral que ocorrerá hoje para discutir estratégias para o PL 65/11. Os Conselheiros José Moacyr e Bruno Napolitano informaram as dificuldades para ter acesso a senhas privilegiadas nos casos da Infância e Juventude e casos de segredos de justiça. A presidente estranhou a informação e se comprometeu a verificar junto ao Coordenador de TI. O Conselheiro José Moacyr informou que protocolou na Secretaria do Conselho Superior, uma proposta para que seja facultativa a contribuição do IAMSPE pelos Defensores Públicos e Servidores e solicitou atenção especial dos conselheiros. A Conselheira Luciana solicitou inversão à ordem dos trabalhos para votar o processo CSDP nº 354/11, tendo em vista a presença da coordenadora do NUDEM. Aprovada a inversão a ordem do dia nos seguintes termos: CSDP nº 281/11. Interessado: Grupo de planejamento para regulamentar as visitas em estabelecimentos prisionais. Assunto: Proposta de Deliberação que cria a função de Coordenador de Assistência a Presos Provisórios, e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Antonio Jose Maffezoli Leite. A Presidente informou que analisando as propostas do processo CSDP nº 281/11, se depararam com dificuldades técnicas por falta de defensores públicos na triagem e por esta razão solicitou um prazo de duas ou três semanas para trazer um projeto piloto para verificar o impacto no atendimento inicial e a efetividade do trabalho. O Conselheiro Antonio sugeriu que a proposta piloto seja apresentada levando em consideração a proposta original que tem respaldo de colegas de diversas áreas com relação ao monitoramento e visitas. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação por duas sessões ordinárias. CSDP nº 327/11. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de formação de Grupo de Trabalho para estudo de questões atinentes à remuneração dos Servidores da Defensoria Pública. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 483/10. Interessado: Wladimir Alves Bitencourt. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 25/06 (que regulamenta o Concurso de Promoção na Carreira de Defensor Público). Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O relator informou que na próxima sessão trará a proposta. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 334/09. Interessado: Ouvidoria Geral da Defensoria Pública e Coordenador do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Proposta de Deliberação para a regulamentação de atendimento diferenciado voltado a pessoas idosas, com deficiência e transtorno global de desenvolvimento nas unidades da Defensoria Pública. Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. O Conselheiro Luis Cesar informou que o voto não foi concluído porque considera importante uma reunião com os interessados para discutir a proposta. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 354/11. Interessados: Ouvidoria-Geral e Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 89/08 (que versa sobre os critérios de atendimento em vigor da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. A relatora leu o voto. A Ouvidora-Geral Luciana Zaffalon, informou que solicitou a atuação conjunta das duas propostas por se tratarem da mesma deliberação e para dar celeridade ao processo. Esclareceu que a primeira proposta é para que a mulher vítima de violência doméstica, por se encontrar em situação de vulnerabilidade, será sempre atendida pela Defensoria Pública, independentemente da renda, e a segunda proposta é para atualização do valor do imóvel para denegação de atendimento. A relatora aprovou a alteração na primeira proposta e rejeitou a proposta de atualização no valor do imóvel para denegação de atendimento, explicando que concorda com a atualização, porém não vê possibilidade de aplicação neste momento devido ao impacto de atendimento pela Instituição. A Conselheira Juliana ponderou que deixar de atualizar o valor do bem imóvel é denegar atendimento a pessoas que antes eram atendidas e não aumentar o numero de atendimentos. A Presidente sugeriu que as propostas sejam desmembradas mantendo-se a relatoria para a Conselheira Márcia Garutti. Aprovada. A Conselheira Juliana Belloque sugeriu que fique claro na Deliberação que na hipótese de violência doméstica a conciliação não impedirá a eventual atuação da Defensoria Pública do Estado e solicitou que os Defensores Públicos sejam avisados da alteração. A presidente ponderou que não será sempre um defensor público que irá atender devido à falta de estrutura. O Conselheiro Pedro Avellar declarou

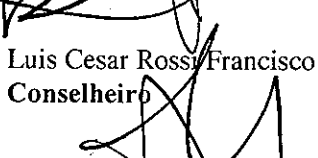
voto favorável à primeira proposta. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, desmembrar as propostas e apensar os autos, mantendo-se a relatoria. Declarou voto o Conselheiro Pedro Antonio de Avellar, acompanhando a relatoria, no tocante a questão da vulnerabilidade das mulheres vítimas de violência doméstica. Concedida vista ao Conselheiro Bruno Dias Napolitano. CSDP nº 319/11. Interessado: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Juliana Garcia Belloque. A relatora leu o voto. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar a proposta de acordo com a deliberação CSDP nº 241, de 13 de janeiro de 2012. CSDP nº 249/08 Interessado: Carlos Henrique Acirón Loureiro. Assunto: Reapresentação - requisição de certidões pelos órgãos da Defensoria Pública as serventias extrajudiciais com isenção de emolumentos. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 361/10. Interessado: Jose Adriano de Oliveira e outros. Assunto: Pedido de atualização da bolsa auxílio dos estagiários e adequação do valor do auxílio transporte. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 352/11. Interessada: Rebeca Barbosa Leite da Freiria Estevão. Assunto: Apuração da violação de prerrogativa na Defensoria Pública - Regional da Infância e Juventude. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/11. Interessado: José Moacyr Doretto Nascimento. Assunto: Proposta de regulamentação das vantagens pecuniárias por tempo de serviço. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 011/11. Interessado: Bernardo Faeda e Silva. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 082/11. Interessada: Vivian Mantic Correia. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 001/09. Interessado: Ricardo Gabriel Gomes Pedreira. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. Não havendo mais processos a serem relatados na ordem do dia, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Eu, Andrea Silva Britto, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos treze dias do mês de janeiro do ano de 2012.

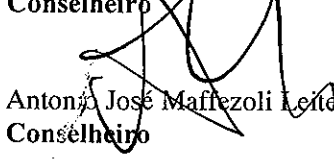
  
Daniela Sollberg Cembranelli  
Presidente

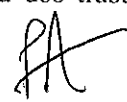

  
Márcia Regina Garutti  
Conselheira


  
Luciana Zaffalon Leme Cardoso  
Conselheira

  
Denise Nakano Veronezi  
Conselheira

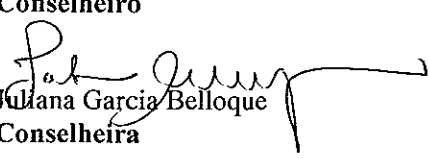
  
Luis Cesar Rossi Francisco  
Conselheiro

  
Antonio José Maffezoli Leite  
Conselheiro

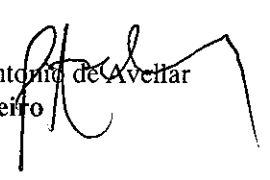
  




Bruno Diaz Napolitano  
Conselheiro



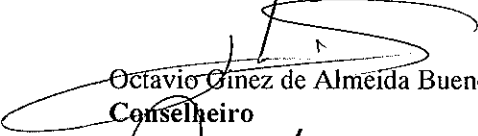
Juliana Garcia Belloque  
Conselheira



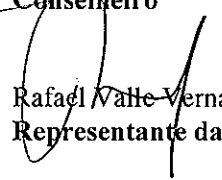
Pedro Antonio de Avellar  
Conselheiro



José Moacyr Doretto Nascimento  
Conselheiro



Octavio Ginez de Almeida Bueno  
Conselheiro



Rafael Valle Vernaschi  
Representante da Apadep